



Anais da Assembléia

Nº 241

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE JANEIRO DE 1998

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jálilo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 07.01.98**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Milton Puppino, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 001/98

Curitiba, 05 de janeiro de 1998.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, com área de 1.540,00 m², parte de uma área maior, localizado nesta Capital, no bairro Vila Lindóia, na esquina da Rua Oscar Wilde com a Rua Santa Joana d'Arc, sem edificações.

Cabe esclarecer que o referido Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, Sociedade Civil, sem fins lucrativos, mantenedora do Centro Educacional Especializado Fênix, foi declarado de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 9678, de 05 de setembro de 1991.

A medida legal, ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado pela citada entidade, exclusivamente para ali construir as instalações e manter em funcionamento seu centro educacional.

O Conselho de Administração da FUNDEPAR decidiu, unanimemente, em reunião realizada no dia 1º de setembro de 1997, pela aprovação da medida. Também nesse sentido, manifestou-se a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes. Ficará, ainda, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, entidade mantenedora do Centro Educacional Especializado Fênix, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, com área de 1.540,00 m2, parte dos lotes nºs 01, 02, 03, 04 e 05, da quadra nº 65, constantes das matrículas nºs 872, 873, 874, 875 e 876, todas do Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição desta Comarca, localizados nesta Capital, no bairro Vila Lindóia, na esquina da Rua Oscar Wilde com a Rua Santa Joana d'Arc, sem edificações.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será cedida ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, para que ali construa as instalações e mantenha em funcionamento o Centro Educacional Especializado Fênix, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pela FUNDEPAR, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida a prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 002/98

Curitiba, 06 de janeiro de 1998.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a

doar ao Município de São Carlos do Ivaí, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, localizado no quadro urbano da Cidade de São Carlos do Ivaí, com área total de 3.011,00 m2, sem benfeitorias, conforme transcrição nº 2370, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraisópolis do Norte.

A medida legal, ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o mencionado bem será utilizado para construção e instalação de um lar para idosos, antigo anseio da comunidade.

O Conselho de Administração da FUNDEPAR, decidiu, unanimemente, em reunião realizada no dia 1º de setembro de 1997, aprovar a doação do referido imóvel. Também a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado manifestou-se favoravelmente à doação.

Cabe ainda, ressaltar que no texto do anteprojeto, constam dispositivos expressos no sentido de que o donatário deverá cumprir estritamente as finalidades a que se destina o imóvel, sendo que a edificação da sede deverá estar concluída no prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da escritura, sob pena de reversão do imóvel e benfeitorias existentes ao patrimônio da FUNDEPAR, sem direito a quaisquer ressarcimentos, caso descumpridas as condições ora estabelecidas. O imóvel ficará, igualmente, gravado com cláusula de inalienabilidade e tais condições resolutivas deverão constar da respectiva escritura.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de São Carlos do Ivaí, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, constituídos pelos lotes nºs 6, 7, 8, 12, 13 e 14 da quadra nº 77, localizados no quadro urbano da Cidade de São Carlos do Ivaí, com área total de 3.011,00 m2, sem benfeitorias, situados na es-

quina das ruas Marechal Deodoro com 13 de Maio, conforme o que consta na transcrição nº 2370, do livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será doada ao Município de São Carlos do Ivaí, para que o mesmo construa e mantenha instalado no local um lar para idosos, cuja obra deverá estar concluída no prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da respectiva escritura, sob pena de reversão do imóvel e benfeitorias existentes ao patrimônio da FUNDEPAR, sem direito a quaisquer ressarcimentos, caso descumpridas as condições ora estabelecidas, ficando, ainda, tal imóvel, gravado com a cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 745/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Gurucuia - ACMARC, com sede e foro na Cidade de São Jorge do Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.01.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na estrada São Henrique, lote nº 750, na Cidade de São Jorge do Patrocínio, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Gurucuia - ACMARC, tem por finalidade auxiliar e promover seus associados na formação e no aperfeiçoamento técnico e comunitário, incentivando-os em novas experiências e conhecimento, proporcionando

a eles um melhor intercâmbio de idéias e uma melhor integração como verdadeiro cidadão na sociedade.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 746/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.01.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Flávia Cristina, fundada em 21 de novembro de 1996, tem por finalidade promover, desenvolver, assessorar e planejar atividades de atendimento especializado ao indivíduo portador de necessidades especiais.

Como a entidade vem procurando manter essas atividades filantrópicas, sem fins lucrativos, desde a sua criação, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 3342

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada manifestação de apoio às autoridades federais pelas medidas em adoção, visando ao controle das importações de leite. Entendemos que a falta de fiscalização que vinha ocorrendo nesse segmento resultou em sérios problemas para a nossa pecuária leiteira, além de distorções na balança comercial brasileira.

Requer mais que a manifestação da Casa seja apresentada ao Sr. Presidente da República, Ministro de Estado da Agricultura, Ministro-Chefe da Casa

Civil e outras autoridades relacionadas.

Sala das Sessões, em 07.01.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O problema da importação de leite se soma a outras distorções já denunciadas por esta Assembléia, como a questão do trigo e da farinha de trigo, processos que distorcem a natureza do MERCOSUL e causam perdas a economias regionais especializadas, como a agroindústria paranaense.

No caso do leite, a importação crescente seria resultado de fraude nas declarações de compra com subfaturamento que prejudica o recolhimento de impostos e a competitividade da produção interna; ou de operações triangulares, em que comerciantes do MERCOSUL estariam importando leite em pó de terceiros países com prazo de validade vencido ou de baixa qualidade por destinado ao preparo de ração animal, mas uma vez dentro do Brasil, tais partidas de leite seriam reidratadas para utilização no consumo humano.

Em decorrência, o produto importado por tais meios fraudulentos, permite a operadores sem escrúpulos, vencerem licitações para o comércio do leite destinado à merenda escolar, tanto que 80% do produto destinado a esse fim vem de outros países, em prejuízo dos criadores brasileiros de gado leiteiro - geralmente famílias que operam pequenas granjas integradas a indústrias ou cooperativas regionais.

A situação é ainda mais grave devido ao descumprimento das normas legais relativas à inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal. Com a abertura indiscriminada às importações, o preço do leite nacional cai, as empresas e cooperativas entram em desequilíbrio econômico-financeiro, ocorre a expulsão de inúmeros produtores do mercado e agravam-se os problemas como êxodo rural e as lutas pelo acesso à terra.

As medidas de solução anunciadas - a começar pela rigorosa fiscalização do leite importado, o controle dos registros de origem, a aplicação das tarifas externas do MERCOSUL, a atualização do Tarifa Externa Comum para níveis suficientes para deter o "dumping" e a adoção da valoração aduaneira para impedir subfaturamento nas declarações de ingresso - devem ser

objeto de empenho na aplicação por parte de todas as autoridades responsáveis.

Autoridades a quem deve ser enviado o expediente decorrente deste requerimento:

- Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso;

- Ministro da Agricultura, Senador Arlindo Porto;

- Dr. Clóvis Carvalho, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Coordenador da Câmara de Comércio Exterior;

- Deputado Francisco Dornelles, Ministro da Indústria, Comércio e Turismo;

- Dr. Benedito Rosa Espírito Santo, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura;

- Deputado Federal Abelardo Lupion, representante da Bancada do Paraná na Frente Parlamentar Agropecuária;

- Senador Osmar Dias, Senador pelo Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Queria, naturalmente, iniciar saudando a todos os Srs. Parlamentares, desejando um bom ano e bons votos às Vossas Excelências, para todos nós.

Mas queria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, trazer aqui a esta tribuna, neste início de ano, uma preocupação muito grande com uma matéria que tem sido divulgada de forma exaustiva nas televisões do Paraná, Deputado Alborghetti, aliás tenho lhe assistido e vejo que Vossa Excelência está numa grande fase. Tenho gostado muito.

E confesso aos senhores, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esse comercial que o Governo fez sobre o famoso Anel de Integração do Paraná, é uma verdadeira piada, porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, consegui, depois de muito custo, é verdade, consegui um documento da Secretaria dos Transportes, do Departamento de Estradas de Rodagem, que é uma síntese do programa de concessão de rodovias no Estado do Paraná.

E ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando esta Casa votou

a lei de concessão e permissões do serviço público no ano de 95, lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, creio que esta Casa deveria ter analisado melhor aquele projeto, porque francamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o famoso Anel de Integração, que tanto fala o Governador Jaime Lerner, é, na verdade, uma farsa, porque o Governador desenha no mapa rodovias que foram construídas por diversos Governadores paranaenses, rodovias que foram duplicadas pelo Estado do Paraná e pelo Governo Federal, e agora, a custo zero, de graça, o Governo do Paraná está transferindo essas rodovias para empresas privadas, grupos de empreiteiras que se associaram e que vão explorar pelo período inicial de 24 anos a cobrança de pedágios nessas rodovias. Serão ao todo, Deputado Rosinha, serão ao todo 26 postos, chamadas praças de pedágio no Paraná, que vão na verdade trazer um custo excessivamente elevado para a população paranaense, ou seja, durante 3 anos, Deputado Nelson Garcia,, o Governo Estadual, aliado ao Governo Federal, pouquíssima ou quase nenhuma manutenção fez nessas rodovias.

E agora, quando vamos verificar o programa e o que significa isso - de acordo com os dados que estou me informando, um documento muito bem elaborado pela Secretaria dos Transportes - os dados são estarrecedores. Vejam os senhores: a previsão, em 24 anos, de investimentos, é de 3 bilhões e 300 milhões. E o cálculo que se faz a partir da própria projeção - tive um informante privilegiado, tenho que dizer isso aqui, publicamente - a Receita, em 24 anos da cobrança desse pedágio, em valor presente, é de 8 bilhões e meio de reais, que essas empreiteiras vão arrecadar. E o mais estarrecedor, Deputado Ângelo Vanhoni, é que, certamente, pela propaganda que vemos, imaginamos o seguinte: o Governo vai começar a duplicar essas estradas agora, no mês que vem tem máquinas duplicando estradas. Não é verdade. Muito pelo contrário.

Os trechos mais lucrativos, por exemplo: a ligação de Curitiba com Paranaguá e o litoral, vai dar mais ou menos para a concessionária - que são várias empreiteiras lideradas pela CR Almeida, vai dar mais ou menos, um faturamento mínimo de 90 milhões de reais por ano, só nesse trecho.

Vejam os senhores: de Paranaguá até Foz do Iguaçu, um caminhoneiro que se desloque de Foz do Iguaçu, Deputados Élio Rusch, Duílio Genari e Sâmis, um caminhão que saia de Foz do Iguaçu até Paranaguá, vai pagar 10 pedágios, ou seja: um automóvel paga, nos preços de hoje - porque vão ser reajustados esses valores, quando entrar em vigor - um automóvel vai pagar 26 reais e 50 centavos. Uma carreta de 5 eixos, Deputado Edson Lino, vai pagar 132 reais e 52 centavos, 30% a mais do que ele gasta em óleo diesel.

Vejam os senhores: de Londrina a Curitiba, 5 pedágios, Deputado Alborghetti. Um automóvel vai pagar 13 reais e 50 centavos, ou seja, 27 reais para ir e voltar. Um caminhão vai pagar 67 reais e 50 centavos. A localização dessas praças de pedágio é uma verdadeira vergonha. A BR-369, uma ligação importante que temos no Paraná, no trecho que vai de Cambará até Londrina, vamos ter 2 pedágios. Vamos ter um pedágio entre Cambará e Andirá. E o morador de Cambará que desejar vir para Andirá, vai ter que pagar 2 reais e 90 centavos. Ou vice-versa.

Vamos ter pedágio entre Arapongas e Rolândia. O Governo Requião fez o contorno de Rolândia. Ali, eles vão colocar um pedágio.

Então, sabemos que são do Norte, a maioria aqui conhece bem o Norte do Estado. Não é possível toda uma região só. O que liga Apucarana, Londrina, Cambé, Rolândia é tudo uma cidade só.

Vamos ter, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um pedágio, uma praça de pedágio entre Marialva e Mandaguari, ou seja, o Governador Álvaro Dias duplicou Maringá/Londrina. Se ainda colocassem lá no meio da duplicação o pedágio, tudo bem, talvez até fosse uma localização boa para a praça do pedágio. Não! Vai ser justamente no trecho onde, da mesma forma, existe essa metropolização dessas cidades, de Maringá, Londrina. É justamente dentro da área que pode ser considerada urbana é que vão estar localizadas as praças de pedágio.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vai ser uma operação de tapa buracos.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam bem, eu falava hoje pela manhã com o Deputado Cezar Silvestri, que é Deputado de Guarapuava. O Governo anuncia a duplicação da 277, que vai ligar Curitiba até Foz do

Iguaçu. Por exemplo, o trecho que liga Guarapuava a Relógio, tem o início da duplicação para daqui 11 anos, e o término no 17º, 18º ano.

Na verdade, é o seguinte: uma parcela expressiva das rodovias que podem ser duplicadas serão a partir do 14º, 15º e 18º anos que vão ser iniciadas ou concluídas, em alguns casos, a duplicação. A Rodovia do Café, é a partir do 2º, 3º ou 4º ano, se não me falha a memória. E é uma das melhores, por causa desse trecho do "filé mignon", do único caminho possível de vir do interior para a capital, que é passado por esse trecho. Ou seja, em São Luiz do Purunã, os senhores todos naturalmente foram às suas bases no final do ano, e verificaram que ali há uma grande movimentação de terra, ou seja, ali tanto para ir, quanto para voltar, tem pedágio. Tudo passa por um pedágio de São Luiz do Purunã, que vai custar para os automóveis, aquela praça de pedágio, no primeiro ano, 2 reais e 10 centavos por automóvel.

Então, na verdade, Sr. Presidente, que inclusive é Deputado de Carambei, o senhor sabe que vai ter um pedágio entre Carambei e Castro. Então, na verdade, temos que verificar que essa questão de privatizar as rodovias que foram construídas com o dinheiro público a custo zero, as empreiteiras ganharam de graça. Vão fazer serviços de reparos com o dinheiro do usuário, do contribuinte paranaense.

O Sr. Júlio Ando - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

O pronunciamento de Vossa Excelência novamente recai no mesmo discurso de oposição. Estranha-me muito, porque Vossa Excelência, como todo grupo político de Vossa Excelência, sente-se frustrado, talvez na administração do seu Governador Roberto Requião, não tivesse tido essa clareza e essa coragem como o Governador Jaime Lerner, de tomar essa decisão da duplicação do Anel de Integração, e também da privatização.

Vossa Excelência sabe muito bem que a manutenção dessas estradas é feita pelo Governo Estadual, ou seja, é todo o povo do Paraná que contribui para a manutenção dessas estradas. Principalmente, atingindo os mais carentes, que direta ou indiretamente estão promovendo a manutenção dessas estradas. É mais justo que se faça o

pedágio. Que paguem apenas aqueles que utilizam essas estradas.

Então, o sistema de privatização, é um sistema muito mais avançado. E teremos muito mais segurança, tranquilidade e conforto para transitar nessas vias.

Na verdade, os valores que Vossa Excelência está mencionando na tribuna, se reportando às famílias que perderam seus entes queridos através de acidentes de trânsito, no estado em que se encontram essas estradas, talvez esses valores sejam totalmente desprezíveis para preservar a segurança e o conforto que vai proporcionar a privatização e a manutenção adequada das nossas estradas que cortam o Estado do Paraná.

Vossa Excelência apresenta números que, muitas vezes, não estão embutidos custos operacionais de manutenção, ou os valores de responsabilidade civil que virão, com certeza, nos acidentes que acontecerão nessas rodovias.

Gostaria que Vossa Excelência refletisse com mais profundidade sobre esse problema do Anel de Integração e a privatização.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Gostaria só de lembrar o Deputado Júlio Ando que o Governo Roberto Requião duplicou a 376, construiu a FERROESTE e executou 50% da ponte de Guaíra.

Gostaria de conceder um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Primeiramente gostaria de desejar um bom 1998 para Vossa Excelência.

Fiquei assustado quando vi seu pronunciamento. Acredito que Vossa Excelência ainda não se adaptou à modernidade. Seu discurso não está sendo convincente. Quando Vossa Excelência vem aqui falar da questão da privatização, e pelo que entendo Vossa Excelência pertence a um partido político, o seu partido político, se não me falha a memória, apoia o programa de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é favorável à privatização.

Quando diz aqui que o seu Governo construiu a ponte de Guaíra, quero lembrá-lo que o seu Governo, numa grande festa em Guaíra, quando esteve lá relançando ou reinaugurando uma antiga placa, dizendo que até o final

daquele ano terminaria a ponte de Guaíra, pelo que recebemos, aquela ponte pouco aconteceu, e nós sim, estamos terminando essa obra que é de suma importância para o Governo do Paraná e para o Estado do Paraná.

Quanto à questão da FERROESTE, Vossa Excelência sabe muito bem, que quando a construíram, iniciaram-na, fizeram parte da FERROESTE. Mas, diga-se de passagem, para fazer uma inauguração rápida, colocaram os trilhos. E depois o nosso Governo gastou aproximadamente quase que 70 milhões de dólares, para terminar essa importante obra para o Estado do Paraná.

Agora, gostaria de dizer, sinceramente, a Vossa Excelência, que teremos oportunidade, em 1998, de discutirmos este Governo, o nosso Governo, a forma de governar. Mas gostaria que Vossa Excelência não só criticasse, mas sugerisse, trouxesse aqui sugestões, porque não tenha dúvida, ou caminhamos para esta direção que o Governo Jaime Lerner está levando o Estado do Paraná, ou estamos fadados ao fracasso.

Não entendo, Vossa Excelência é contra o pedágio, contra as privatizações, contra a industrialização do Estado. Vossa Excelência é favorável a quê? Quero dizer também, a Vossa Excelência que assistimos durante todo o ano o discurso de Vossa Excelência, do Estado quebrado, do Estado falido. E nada disso é verdade.

Então, fica difícil o debate nesta Casa, quando vemos que simplesmente Vossa Excelência não está atualizado ao momento de modernidade e da globalização que estamos vivendo no mundo atual.

Agradeço o aparte e tenho certeza que teremos momentos importantes para serem vividos neste Plenário, no decorrer de 1998.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Certamente, o poder que Vossa Excelência defende é o da Coréia do Sul, é o modelo, na verdade, fracassado, do neoliberalismo. E se Vossa Excelência, inclusive, não mantivesse engavetados 2 projetos da maior importância, que apresentei nesta Casa, que é aquele que cria o Fundo de Aval, para apoiar o micro e pequeno empresário do Paraná e Vossa Excelência está com ele engavetado, como Líder do Governo, e o projeto que cria a subsidiária da Paraná Desenvolvimento, poderíamos inte-

riorizar a industrialização e o desenvolvimento econômico do Paraná, que tanto queremos e lutamos.

Queria, na verdade, dizer a Vossa Excelência, que se tem alguém que é a favor de programas e projetos de desenvolvimento econômico e de industrialização, é este Parlamentar.

Queria conceder o aparte, Excelência, com a sua tolerância, ao Deputado Pessuti.

(Assentimento)

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, Presidente Anibal Khury e demais Deputados.

Entendo que quando o Deputado Rossoni fala em Governo ser moderno, utilizar-se da modernidade, acho que exemplos maiores demos nós no Governo de Roberto Requião, quando no Paraná, utilizando-se de recursos públicos, reconstituiu-se no Estado mais de 3 mil quilômetros de rodovias estaduais, por este Paraná afora.

O Sr. Valdir Rossoni - Três mil quilômetros em que Governo?

O Sr. Orlando Pessuti - Governo de Roberto Requião, reconstrução de rodovias.

No Governo do Roberto Requião, quando se vendeu ações da TELEPAR, se deu uma destinação conhecida e que atendeu aos anseios da população, que é a duplicação da rodovia Curitiba à Garuva, BR-376.

E se utilizou mais de 300 milhões, o Deputado Traiano que esteve na diretoria da FERROESTE, deve ter este número até melhor do que nós, para construir sim, a Ferrovia Oeste do Paraná, que ligou Guarapuava até Cascavel. Obras complementares, é lógico, que tem que se fazer.

Agora, isto sim é moderno. É olhar o interesse do povo, e não ficar fazendo caridade e propaganda com o chapéu alheio, porque não se coloca um centavo do poder público. As ações da COPEL foram vendidas, mais de 500 milhões, e até hoje não sabemos o que foi feito com o valor do dinheiro. Não se duplicou estrada, não se construiu estrada, não se conservou estrada, e pior do que isso, entregou-se a FERROESTE de graça a um grupo estrangeiro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Concedo o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Acho que o Deputado Romanelli e o Deputado Pessuti não conseguem compreender aquilo que o Deputado Rossoni se refere, corretamente, deste novo conceito na administração pública, Deputado Anibal Khury, que diz respeito a esta palavra chamada "modernidade".

É preciso que entendamos os novos tempos que a humanidade, neste momento de globalização, está passando.

O Estado não pode, aquela estrutura administrativa cheia de vícios, pesada, com um custo social muito grande para o conjunto da população, que demora mais de 5 meses para fazer uma obra de licitação, como a do canal extravasor, que demora mais de 6 meses para fazer licitação para a subestação da COPEL, aqui na região de São José dos Pinhais, que teria que colocar as ações da COPEL para serem vendidas, não a 4 ou 6 reais, como pretendia o Governo, mas a 20 ou 25 reais, como é o valor de hoje.

A modernidade significa desestruturar o Estado para que ele tenha uma agilidade maior, para que possa, das suas relações empresariais com a atividade econômica do Estado do Paraná, como o Governo Lerner vem fazendo.

Aliás, tenho visto, e os senhores são cegos, não querem ver, insisto, não consigo acreditar como que os meus colegas de oposição do PMDB não conseguem ver aquilo que todo o cidadão paranaense enxerga cristalinamente, o Governador tem dito isto várias vezes, através da televisão, estamos criando 490 mil empregos, Deputado Anibal Khury, e os Deputados Pessuti, Romanelli e Caio Quintana, não conseguem ver esses empregos sendo criados no Estado do Paraná. Ora, será que estão de costas para o futuro? O futuro, meus irmãos, meus companheiros de oposição, é a desoneração do Estado, dos seus princípios éticos, do ponto de vista da construção de um Estado mais tranquilo, mais ágil, sem licitação, sem burocracia, e de geração de empregos, como os 490 mil empregos que estão sendo gerados.

Aliás, na região do Basílio Zagnusso, inúmeros empregos estão sendo criados. Na região Sudoeste, do Ademar Traiano, o povo está feliz, porque

dia-a-dia novos empregos são criados. Na região metropolitana, os Deputados Kielse, Alborghetti e o Deputado Anibal Khury, que a conhecem bem, quantos empregos não foram criados nesta região? Duzentos e setenta mil novos empregos. E vocês não reconhecem isso do Governo Jaime Lerner? É preciso por a mão na consciência. Este Governo veio para fazer aquilo que o Deputado Rossoni afirmou aqui, se não fosse este Governo, o que seria do Paraná?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queriam, Sr. Presidente, para concluir, dizer que o Deputado Caio Quintana é um homem feliz, porque no Sudoeste, claro, pela expressão política dos Deputados que representam aquela região, Deputado Ademar Traiano, Deputado Augustinho Zucchi, o meu colega de bancada, Nereu Moura, o Sudoeste, com exceção dos que têm que se dirigir para lá, conseguiu ficar fora, mas quem conseguir ir pela terra do Deputado Valdir Rossoni, consegue escapar do pedágio para ir à sua região.

Quero concluir dizendo o seguinte: que o programa de privatização das rodovias do Paraná, e isso é muito bom para aqueles, como o Deputado Júlio Ando, que é um privatista, defensor do neoliberalismo e do modelo coreano, que os valores dos pedágios que o Paraná vai cobrar, é na verdade, uma brutal diminuição da capacidade e competitividade da indústria paranaense.

Não tenho a menor dúvida, que o chamado custo Brasil, tão decantado em verso e prosa pelos nossos empresários, vai aumentar muito no Paraná, pelo que vai significar de impacto da nossa economia.

Queriam agradecer a Vossa Excelência, dizer que este tema que procurei abordar aqui, é na verdade, um tema que deve merecer a análise de todos os senhores, porque seguramente a população paranaense vai nos cobrar muito à hora que se começar cobrar esse pedágio.

Por isso, quero agradecer a Vossa Excelência, a sua tolerância, e desejar a todos um feliz ano, para que bons votos os conduzam neste 98.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pala Orden) - Gostaria só de ressaltar aqui alguns pontos que são importantes. Se formos discutir Governo aqui, podemos recordar de grandes obras de Governos

anteriores, a extinção do BADEP. Agora, vou também procurar, dentro da Secretaria de Transportes, os 3 mil quilômetros de asfalto do Governo Requião. Vou dizer que vou me ater a esses dias de férias que terei, para procurar as obras do Governo Requião no Paraná, porque também tenho grandes dificuldades na minha região, e Vossa Excelência conhece a nossa região, para ver as obras que esse Governo fez. Mas, uma das grandes marcas realmente dos Governos anteriores, foi a extinção do BADEP, que foi para o desenvolvimento do Paraná, uma marca inesquecível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do nosso ex-colega, Jocelito Canto, Prefeito de Ponta Grossa.

E aproveito o ensejo para dizer aos Srs. Deputados que a Presidência está satisfeita e feliz pela presença quase unânime da Casa nesta sessão, demonstrando a responsabilidade e a competência dos Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A razão que trouxe o Deputado Romanelli a esta tribuna já foi e tem sido uma preocupação também da nossa bancada. O nosso líder, Péricles Mello, já em meados do ano passado entrou com requerimento solicitando informações sobre o anel viário criado no nosso Estado. E esse requerimento, houve uma negociação com o Líder do Governo, que ficou de nos fornecer, fornecer à Liderança do Partido dos Trabalhadores, através do Deputado Péricles, todas as informações solicitadas.

E me inscrevi neste horário, justamente porque tenho uma outra preocupação a respeito do anel viário. A BR-277, na altura de Laranjeiras, tem já feito alguns trabalhos o Consórcio das Cataratas, ali é o lote 05. Esse consórcio tem executado alguns serviços na estrada, só que colocando em risco todos os motoristas que por lá trafegam, e inclusive, e muito mais do que os motoristas, os trabalhadores desse consórcio. Não tem nenhum aviso e nenhuma sinalização que tem gente, que tem homens trabalhando à beira da estrada. Em vários momentos, na estrada, a pista está interrompida com ca-

minhão atravessado, sem nenhuma sinalização. Máquinas estão trabalhando e não apresentam nenhum sinal, e ninguém com bandeira vermelha, nenhum trabalhador demonstrando que ali está sendo ocupada parte da pista. Vai ser construída uma nova ponte sobre o Rio Tapera, e esta ponte é pré-fabricada. E o material está sendo transportado pela BR-277 sem nenhum batedor. O que demonstra que não existe preocupação com o ser humano no modernismo e na modernidade do atual projeto governamental. A única preocupação que existe é com o lucro. E as vidas humanas estão sendo desprezadas. Não é à toa que dia a dia aumentam os excluídos no nosso País e no mundo todo.

Por isso que não tem a preocupação com as vidas desses trabalhadores que lá se encontram. É esse caminhão transportando essa ponte pré-fabricada. Não tem batedor. Perguntaram para a Polícia Rodoviária por que ela que é responsável por sinalização e por informação à beira da estrada. Ela disse que não foi solicitada pela DM Construtora, que faz parte do consórcio. Disse que não foi consultada e nem solicitada para colocar sinalização ou batedor ao redor desse caminhão.

Então, Srs. Deputados, a modernidade que vemos, a única que existe é com aquela que vem depois disso, que é o lucro, a cobrança dos pedágios. E se olharmos o cronograma apresentado - que o Deputado Romanelli trouxe - do 1º ao 7º ano, tem manutenção e recuperação de pistas. Do 7º ao 14º ano, não tem absolutamente nada. Nenhuma construção no cronograma. Somente o lucro fácil, através dos pedágios. Do 14º ano até o 21º, é que se propôs a duplicação da BR-277. Veja só qual é a preocupação, se não a do lucro. Primeiro, pintura de faixas e buracos sendo tampados...

O Sr. Ângelo Vanhoni - Estou assustado, porque o Estado, a máquina pública, pela primeira vez está sendo reformada para atender aos interesses da população brasileira.

Não sei como que nós brasileiros conseguimos sobreviver durante todo esse tempo, Deputado Élio Rusch, com o Estado inoperante, pesado, cobrando impostos. E não transformando esses impostos em qualidade de vida para os brasileiros. Vejo o exemplo disso agora: desci esses dias até Paranaguá,

minha cidade natal. Há um mês atrás, Deputado Élio Rusch, viajando pelas estradas - primeiro os buracos que infestavam o leito da estrada, e depois, Deputado Júlio Ando, o mato subindo nos canteiros que dividem as duas vias era algo que não permitia que um veículo enxergasse o outro na outra estrada, que vinha de Paranaguá para cá.

Hoje, depois da privatização, tenho que reconhecer: olha, em primeiro lugar, os buracos ainda não estão todos feitos, mas tenho certeza que serão feitos. Agora, uma coisa tenho que reconhecer: o senhor é lá do litoral também, Deputado Horácio Rodrigues - viaje e veja, é inacreditável, não tem mais mato no meio das duas estradas. A empresa privada que está comandando essa estrada, cortou todo o mato. E isso em questão de 15 dias. Olha, se soubesse que a destreza operacional, a competência da empresa privada era tão mais forte do que a empresa pública, tranqüilamente já teria sido há muito mais tempo a favor da privatização desse leito aqui de Paranaguá. Não há mais mato entre as duas estradas.

Deputado Rosinha, nunca vi disso. Vossa Excelência é do PT, tem que introduzir essa discussão dentro do PT, sobre o papel do Estado na manutenção dessa estrada. Sobretudo para cortar o mato. E é a iniciativa privada. Nunca vi tanta destreza. É pouco dinheiro, são 100 bilhões de dólares que o BNDES está financiando para cortar o mato. Mas o mesmo está sendo cortado, Presidente.

O Sr. Valdir Rossoni - Este discurso,

Deputado Rosinha e Deputado Vanhoni, vou pedir a cópia das notas taquigráficas, e fazer uso disso aqui para distribuir ao Paraná, que realmente ele tem que levar esse discurso irônico ao candidato a Presidente da República do PT, o Lula.

Sr. Presidente, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que estranhei o aparte do Deputado Vanhoni, porque eu há pouco reclamava ao Deputado Vanhoni de que todas as vezes que o Deputado Romanelli sobe à tribuna, e hoje principalmente pedi o aparte ao Deputado Romanelli, para cumprimentá-lo e desejar ao Deputado Romanelli um bom 98, e vejo na pessoa do Deputado Vanhoni que ele se ofende, ele sai em defesa do Deputado Romanelli, de uma forma que

nos admiramos. E eu não via esta mesma defesa quando Vossa Excelência subia à tribuna, Deputado Rosinha, e vim aqui e reclamei. Por isso ele pediu o aparte e com muita ênfase ele acrescentou muito ao seu pronunciamento, tenho certeza. Mas esta palavra que trouxe aqui de reclamação, tenho certeza, serviu ao Deputado Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só queria fazer uma pergunta ao Deputado Vanhoni. É a favor ou contra a mata?

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado Anibal Khury, só queria fazer um testemunho, porque somos pessoas que têm uma inteligência mediana. Somos pessoas normais, muito medianas. Mas temos que reconhecer, não tem mais mato, demoraram mais de 20 anos para reconhecer. O Governo está de parabéns por essa medida.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É uma pena que as notas taquigráficas não conseguem escrever o riso irônico, quando o Deputado Ângelo Vanhoni faz uso da palavra, porque esse discurso vem bem de encontro aquilo que estamos dizendo dessa tribuna.

O Estado que se diz inoperante e passa para o setor privado cerca de até nos 20 anos, 8 bilhões de dólares. Lógico que com esses 8 bilhões de dólares dá para cortar bastante mato, dá para tapar o buraco do Governo, principalmente de ano eleitoral e dá para tapar buraco de muitas empresas que provavelmente tinham dificuldades de déficit ao longo desses 20 anos.

O Estado é capaz de fazer tudo o que ele fez até agora. Muito mais barato do que jogando para o setor privado, só faz isso com pedágio. E por que o Estado não cobra pedágio, Deputado Valdir Rossoni? O Estado, quando executa os seus trabalhos, toda a sinalização está colocada na defesa, inclusive do trabalhador que lá se encontra.

Na BR-277 não tem uma placa de homens trabalhando, não tem batedor no caminhão transportando os blocos para construir a ponte, como disse aqui anteriormente. Quer dizer, visa-se o lucro e visa-se ao lado disso, a destruição dos trabalhadores.

Então, essa questão é importante de se dizer, que não tendo a sinaliza-

ção, esses trabalhadores correm risco de vida na beira da estrada. Esperamos isso com sinceridade, sem ironia nenhuma.

(É retirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos iniciando a primeira Sessão de 1998, ainda que em caráter extraordinário, gostaria de aproveitar o momento para trazer a minha saudação para todos os companheiros desta Casa e desejando um bom embate eleitoral e esperamos que todos voltem a esta Casa. Desejo ao Deputado Anibal Khury muita saúde e a benção de Deus neste ano de 1998.

Estava ouvindo atentamente os debates e também o discurso da crítica do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Quero dizer da minha admiração por Vossa Excelência, Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque percebo que Vossa Excelência tenta defender o impossível, ao ponto de muitas vezes receber críticas da própria pessoa que Vossa Excelência defende. Isso demonstra uma qualidade tremenda do nosso companheiro Luiz Claudio Romanelli e cresce a minha admiração por Vossa Excelência.

Tenho ouvido alguns discursos aqui, o famoso discurso do contra, faz parte da oposição fazer esse discurso sistemático, mas é preciso tomar alguns cuidados, porque já vimos esse filme em outras ocasiões e percebemos que a nossa população não aceita esse discurso que acaba dando resultados negativos nos índices de popularidade.

Até nos índices de popularidade querem diminuir o índice de popularidade do nosso Governador Jaime Lerner, que está entre os quatro maiores do país. É impossível criticar isso. Tentam arranjar argumentos que não existem.

O que me traz à tribuna, hoje, é enaltecer a figura do Prefeito Cássio Taniguchi. Sempre na cabeceira das pesquisas. Na segunda pesquisa subiu em torno de 10 pontos mais. Demonstra a admiração deste homem como uma das administrações modelo neste País. Mostra também a qualidade desse homem que, na sua humildade, na sua maneira de ser, sem muito espetáculo, mas com

realizações, executar obras como os 207 quilômetros de asfalto realizado no seu primeiro ano de gestão.

Não poderia deixar de manifestar a minha satisfação, quase um sentimento de orgulho em ver um homem com essa postura. Um homem que nos dá até inveja com relação aos Vereadores, pela maneira como ele trata os companheiros Parlamentares e todos aqueles que o procuram.

Mesmo que a oposição queira criticar, e quando criticam o Cássio Taniguchi, vou até a raiz, porque a mim não interessa ter um líder que tenha a sua imagem desgastada, e vou procurar saber a verdade. Ele sempre procurando atender as camadas mais baixas da população e procurando trazer uma melhor qualidade de vida ao povo curitibano.

Há pouco tempo tentaram denegrir a imagem do nosso companheiro Cássio Taniguchi a respeito dessa questão da privatização. Fala-se na necessidade de geração de empregos.

Gostaria de dizer também ao companheiro Luiz Claudio Romanelli, levando a questão até a nível estadual, basta olhar e conversar com o companheiro que está do seu lado, e ele mesmo está tendo a convocação para que as estradas sejam feitas, parece que em torno de 1000 empregos estão sendo solicitados ali em Ponta Grossa.

Cederam-me o horário da Liderança do PFL, Sr. Presidente.

O Sr. Horácio Rodrigues - O PFL cede o seu horário, reiterando o aparte.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Quer dizer: o pior cego é aquele que não quer enxergar. Está aí, é só perguntar, companheiro Romanelli, ao seu lado está o Prefeito de Ponta Grossa. É que ele não poderá usar o microfone, mas poderá lhe confidenciar pessoalmente o número de empregos que estão sendo solicitados, inclusive, em Ponta Grossa, para poder fazer o gerenciamento das estradas e os empregos em relação às rodovias que estão sendo arrumadas aí, na exaltação, com muita alegria e com orgulho do companheiro Cássio Taniguchi.

Tentaram colocar em dúvida a questão das licitações dos radares eletrônicos e das lombadas eletrônicas colocadas aqui em Curitiba, e nesse processo licitatório, ganhou essa tal de ENGEBRAS, do Sr. Fábio Naoum.

Procurei conhecer a fundo a questão, porque o Município de Curitiba, a administração pública diz que foi feito 800 mil de investimento, para um lucro de 160 milhões, na ocasião. E conversando com o Prefeito, ele disse: "olha, não estou comprando equipamentos, a Prefeitura está licitando serviços". Serviços que vão gerar empregos, trazer modernização, e já que a questão é no campo das idéias, por que a iniciativa privada? Conversando com o Prefeito, ele diz: "olha, temos problemas de não conhecer, não ter know-how para os faróis eletrônicos". E os quatro que estavam em caráter experimental, tinham manutenção caríssima, por não haver know-how e não conhecer a fundo as questões das lombadas eletrônicas.

Então, na relação do estudo do lucro e benefício, custo e benefício, optou-se pelo serviço, porque esse trabalho foi feito através de observações em municípios como Distrito Federal e em alguns Estados do País. E se percebeu que a manutenção seria tão cara que não valeria a pena, então, comprar equipamento, mas sim, solicitar serviço.

Licitação esta, Sr. Presidente e nobres companheiros, que ainda não foi concluída, porque dentro desse processo foi solicitado que cada empresa deveria instalar equipamentos de testes e essa licitação foi até prorrogada, por esse motivo. Porque não haviam também empresas para a questão. Foi por isso que essa tal ENGEBRAS venceu a licitação, porque ela era a única empresa que tinha realmente know-how para desenvolver a questão. Mas, num sentimento democrático, a Prefeitura até estendeu o prazo, para que outras empresas também se viabilizassem na concorrência, mostrando assim, a firmeza e também a necessidade de fazer com que a coisa pública seja transparente.

Nesse processo de trabalho, a empresa ganhadora vai ter que fazer tudo, estipula um preço por imagem, fotografa através de filme químico ou computadorizado, igual à Brasília, por exemplo, processa a imagem, multa, entrega ao infrator a notificação e quando o infrator recolhe a multa, é então que a empresa vai receber um valor.

Aqui em Curitiba está estabelecido em 19 reais por imagem processa-

da. Em Brasília, é 20 reais. Quer dizer: aqui está menos ainda.

A Berkons é a empresa que vai licitar a questão: um será para lombadas eletrônicas, e a ENGEBRAS para radares eletrônicos.

Tudo isso vai gerar economia à Prefeitura, empregos. A licitação ainda não está concluída, para oferecer oportunidades.

Portanto, aqui fica a nossa explicação, com alegria, dizendo que muitas vezes o discurso da crítica tem sido rejeitado pela população de Curitiba.

Apenas para lembrar que quem opera em Brasília e no Espírito Santo, governado pelo Sr. Vitor, é essa ENGEBRAS. Estou trazendo esta informação em tempo, para vocês saberem que a nossa Prefeitura tem procurado as melhores informações, no sentido de que ela possa viabilizar da melhor forma.

Aproveitando, quero agradecer a pessoa do Deputado Horácio Rodrigues, que nos cede o horário do PL, e gostaria de dar o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Horácio Rodrigues - Muito obrigado.

Vossa Excelência sabe que a Assembleia já votou uma comissão para analisar a situação financeira dos municípios.

É evidente que o Dr. Cássio Taniguchi é um homem altamente capacitado, tem um passado à toda prova.

Mas, acredito que não só Curitiba, mas todos os municípios do Paraná, estão enfrentando dificuldades financeiras. Isso tem que ser lavado em conta.

E acompanhei o aparte do Deputado Ângelo Vanhoni, quando ele já dizia que antes do resultado desta concorrência pública, já tinha sido publicado em jornal, que essa empresa iria ganhar a concorrência. Isso é uma coisa que pediria ao Ângelo Vanhoni que viesse reafirmar, porque Vossa Excelência nos informou que foi tudo a contento, e acredito, também, mas ficou alguma coisa no ar.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Esclareço, inclusive, Dr. Horácio, que a única empresa que hoje tem know-how suficiente, tanto é que alguns equipamentos que as outras empresas estavam utilizando, haviam solicitado à própria ENGEBRAS, então, talvez seja esta

conclusão que os jornalistas tenham tirado, mas o sentido público e democrático foi tão grande de Sua Excelência, o Prefeito Cássio, que ele inclusive prorrogou o prazo para que outras empresas se viabilizassem, para poderem entrar na concorrência, tamanha lisura do comportamento do nosso Prefeito.

Mas, isso traz como resultado esses índices de pesquisa que estamos vendo, que nos dão satisfação e nos fazem vir aqui à tribuna dizer a todos os nobres companheiros, da satisfação que temos em morar numa cidade como Curitiba, administrada pelo Sr. Prefeito Cássio Taniguchi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi o debate iniciado pelo Deputado Romanelli, e como disse o Deputado Dr. Rosinha, uma preocupação da Bancada do PT é a questão do Anel de Integração do Paraná.

No ano passado, fizemos 2 requerimentos, pedindo informações e cópia dos contratos entre o Estado e as empresas dos consórcios que ganharam a licitação da concessão por mais de 20 anos das rodovias.

Fomos muito bem atendidos, mediante um acordo com o Líder do Governo. Retiramos o requerimento e fomos até o DER, onde os engenheiros nos mostraram um documento síntese da integração, e também pedimos a cópia dos contratos, mas apenas de um contrato, escolhemos um dos lotes, o lote onde está incluída a rodovia Ponta Grossa - Curitiba, porque entendíamos que, com aquele contrato, teríamos uma análise dos demais contratos.

Infelizmente, não recebemos a cópia do contrato ainda, e a base para o cálculo dos custos do pedágio que o Governo fez, e conversei com o Líder do Governo e com o Deputado Romanelli, e ele disse que vamos ter acesso a esse contrato. Por quê? Precisamos travar um debate em alto nível nesta Casa sobre o Anel de Integração. É uma inovação que para mim é complicado, de qualquer ponto de vista, não consigo entender qual a necessidade de agir o Estado da forma como está agindo.

Outros Parlamentares defendem essa idéia, porque não se trata de privatização, tem que ficar claro isso. O próprio PT, em seus documentos, defende a privatização de rodovia, conforme o caso. Mas o Anel de Integração não se trata simplesmente de uma privatização, é uma coisa muito mais complicada. E a ironia do Deputado Ângelo Vanhoni, revela uma verdade que de outra forma fica mais difícil de as pessoas entenderem, quando ele diz: "muito bem, mas que engraçado, a iniciativa privada consegue cortar mato", como se o Estado fosse incapaz de fazer isso.

Podíamos completar, Deputado Anibal Khury, dizendo o seguinte: a iniciativa privada consegue cobrar pedágio, como se o Estado fosse incapaz de cobrar pedágio, porque é muito mais grave do que privatizar, Deputado Horácio Rodrigues, é muito mais grave, porque quem vai cobrar o pedágio é a empresa privada, como se o Estado não pudesse fazer isso. Vamos pensar de outra forma então, vamos privatizar as rodovias, conceder, de que forma?

O Estado começa cobrar pedágio amanhã, mas o Estado do Paraná faz um cálculo de preço que não vai incidir sobre o sistema produtivo, que não vai aumentar o custo do Paraná semelhante ao custo do Brasil, tão decantado pelos ideólogos do neoliberalismo que o País não vai para frente, porque tem um custo altíssimo, falta de produtividade, não é moderno.

Bom, vai aumentar o custo do Paraná? Então, vamos diminuir o frete do caminhão, fazer uma análise social, vamos ver quanto custa para construir a estrada, e o Estrado arrecada o dinheiro. E daí, Deputado Horácio Rodrigues, o Governo do Estado contrata os consórcios para fazer o serviço, tim-tim por tim-tim. Essa empresa é responsável, durante 6 meses, para fazer a roçada das rodovias, fazer a operação tapa-buraco, e vamos pagar com o dinheiro do Estado que o povo pagou.

Não é isso. O Estado faz um contrato de 20 anos com alguns consórcios, entrega a rodovia para esses consórcios, eles vão receber o dinheiro, e vão usar esse dinheiro para fazer as reformas e a modernização das rodovias como eles quiserem.

Quem conhece e já foi Vergador, como o senhor foi e sabe que o eterno problema do transporte coletivo que recebe concessão, Deputado Pessuti,

não cumpre o contrato. Então, uma empresa de ônibus tira ônibus da linha, sem que ninguém saiba, diminui o quilômetro rodado, ganha mais dinheiro, mexe na catraca, na calada da noite, para diminuir artificialmente o número de passageiros e aumentar a passagem de cada um. Agora, o senhor calcule uma empresa que pega por 20 anos uma rodovia e tem que agir durante 20 anos, está tudo no contrato.

Quem garante, vamos dar um exemplo, Castro-Jaguariaíva, são 100 quilômetros mais ou menos, entre obra do Requião e do Álvaro Dias, entre castro e Pirai, a terraplanagem foi feita, a terraplanagem tem um custo elevado. Sabe quanto tempo o consórcio que ganhou essa rodovia tem para duplicar Castro a Jaguariaíva? Doze anos, Deputado Romanelli.

Então, sejam bem, esse consórcio vai cobrar do dinheiro do povo do Paraná durante 10 anos, digamos que no décimo ano, Deputado Nerone, esse consórcio vai à falência e diz: "não posso duplicar a rodovia". O que o Governo vai fazer?

Tínhamos que ter uma memória mais aberta. Vamos pegar alguns exemplos no Brasil, da Caixa Econômica, empreiteiras que pegaram para fazer núcleos habitacionais, pegaram o dobro do que valia, pegaram o dobro do dinheiro e não fizeram o que tinha que ser feito, e a Caixa está tentando, desesperadamente, até hoje, cobrar das empreiteiras e não recebe.

Então, é muito pior do que privatizar, é diferente de privatizar, é uma coisa que se as pessoas refletissem com um pouco de profundidade e fugissem do senso comum, é uma coisa completamente absurda.

Sou engenheiro, mas nunca trabalhei com engenharia civil. Estudei planejamento urbano. Se o BNDES me der 100 milhões emprestado, contrato uma subempreiteira que vai tapar os buracos das estradas. Não faço nada, pego o dinheiro e vou ficar 20 anos recebendo dinheiro público, aumentando o chamado custo Paraná. E se daqui a 10 anos eu não puder fazer a duplicação, vou à falência. E quem perde com isso? Vamos tentar voltar às origens da questão rodoviária, no Brasil e no Paraná.

Tivemos no Estado, apesar de toda a crise que foi competente para traçar e construir uma malha rodoviária fenomenal, fantástica no Brasil,

que funcionou muito bem durante um certo tempo. Lembro-me que a marca do Governo Ney Braga são as rodovias. E funcionou bem. A nível nacional funcionou bem. Por quê? Porque existia um Fundo Rodoviário, existia um dinheiro arrecadado para o Estado que ele não podia mexer. Esse dinheiro pertencia exclusivamente às rodovias. E por isso funcionava. Quando se extinguiu esse recurso, o Governo começou a tirar dinheiro e destinar para outros objetivos, que vai à falência o Estado e as rodovias. Essa é a origem da falência e da crise das rodovias do Paraná e do Brasil.

Então, acho que esse tema do Anel de Integração é um grande tema para ser debatido com profundidade. Tem que fugir do senso comum, dessa lavagem cerebral e ideológica que se faz através dos meios de comunicação, na consciência do nosso povo, que não consegue mais enxergar, está dominado. Claro, se deixa as rodovias apodrecerem durante 10 anos, depois o contribuinte que vai andar de carro de Ponta Grossa a Curitiba, que nem sinalização tem, ele acha que está no céu. É a história do bode lá do Congresso, Deputado Pessuti. Mas isso não é analisar em profundidade a questão.

Vamos colocar mais algumas coisas. Os consórcios que participaram da licitação. Na verdade foi um grande acerto, Deputado Zuk, ninguém perdeu a licitação. Tinha um lote de 1, 2, 3, 4, 5, 6. o consórcio que perdeu a licitação do lote 1, ganhou o lote 3. O que perdeu a licitação do lote 2, ganhou o lote 4. E assim sucessivamente.

Teve apenas uma empresa, Deputado Caíto, que perdeu, porque as empresas pequenas foram aliadas do processo. Coloca-se uma cláusula num edital de licitação, dizendo o seguinte: tem que ter um capital mínimo o consórcio para poder concorrer. Pois bem, como é que se calcula o capital mínimo? Inventaram que é pela média. Deputado Anibal, se 3 empresas que têm capital de 40 milhões se consorciavam, elas não podem participar, porque o capital mínimo é de 43 milhões. Mas se somarmos 3 vezes 40 milhões, dá 120 milhões. Mas não é média. Agora, se ao invés de 3 empresas de 40 mil reais, um consórcio se apresentar com uma única empresa de 50 mil, pode participar. Esse mecanismo exclui as pequenas empresas e empreiteiras paranaenses de poderem participar. Se elas quisessem

participar, tinham que se colocar de uma forma dependente das grandes empreiteiras. Quem são as empreiteiras? Todas as grandes: Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, CR Almeida, o que nos leva a supor que há um grande "acordão" feito entre Governo e as empreiteiras que sempre detiveram o monopólio de interesse e essa vinculação muito estreita com o Estado brasileiro e mesmo com o Estado paranaense.

Então, é muito mais do que uma privatização. É alguém que nada tem e pega dinheiro do BNDES

O SR. EMERSON NERONE (Pala Orden) - Deputado Anibal Khury, cedo 5 minutos regimentais do PSN ao Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido.

O SR. PÉRICLES MELLO - Interesse do povo paranaense. Esse tema serve como debate ideológico profundo, técnico, moral, econômico sobre o custo do Paraná, sobre quem paga pela infraestrutura que serve a todos. Porque na história do capitalismo, as estradas, ferrovias, a infraestrutura que servia ao bem comum, entre aspas, quem pagava era o Estado.

Hoje, acontece diferente. Esse próprio "bem comum" é apropriado pelo capital individual particular.

Então, acho que é um grande tema para debatermos, e por isso pedi, conversei várias vezes com o Deputado Romanelli, precisamos desse contrato para analisarmos, com profundidade, para saber quais os deveres de cada consórcio diante do Estado. Quais os direitos do povo do Paraná, através do Estado. Se não der certo esse consórcio, para que esse debate se amplie, se aprofunde no seio da sociedade paranaense.

Só para concluir, é interessante falar de geração de empregos. Novamente o senso comum é a ideologia que mascara e destrói a consciência das pessoas.

Há dois movimentos na sociedade. O Deputado Zuk está em Ponta Grossa e acompanha o Sindicato dos Metalúrgicos. Há um movimento de destruição de empregos, que isso ninguém vê, só o desempregado, coitado, vê.

Em dois anos, em Ponta Grossa, mais de duas mil vagas de metalúrgicos desaparecem em 2 anos. E de repente,

vai uma empresa que gera 300 empregos e faz o maior carnaval do mundo. Porque não se faz a comparação, a destruição de uma economia neste País. Uma destruição subterrânea, que está matando as pessoas. Se destrói 2 mil empregos e se gera 800. Só que a população não percebe que 2 mil empregos foram destruídos. Ela percebe que o grande Governador trouxe 300 empregos, o grande prefeito trouxe mais 100. Ela não percebe que há um movimento de destruição de uma economia. É mais grave que isso, e é por essa gravidade que estamos passando, que acho que vai ter grandes transformações. A população vai começar a compreender o que está acontecendo. Daqui a 6, 7 anos, começa uma nova transformação, novos processos ideológicos, sociais e políticos vão acontecer no Brasil.

Numa época da história da humanidade que se aumentava o número de empregos, Deputado Takayama, o que aconteceu: o Estado entendeu que o operário fraco, ele tem que ser protegido, se não ele perde a luta para o empresário, num momento de força da classe operária.

Agora acontece o contrário. Num momento em que não existe mais empregos, que o trabalhador está frágil, se desregulam as relações de trabalho.

Então, vamos estar num mundo "salve-se quem puder", o maior destruindo o menor, a despolitização da política perde a grandeza e vira o lugar do malandro, do quem sabe melhor fazer, salve-se quem puder. É trágica essa era que estamos assistindo, e acho que temos o dever moral e ético de resgatar a grandeza da política e fazer um debate com profundidade sobre as questões que afetam o Paraná, particularmente a questão do Anel de Integração, uma questão de extrema importância.

O Sr. Emerson Nerone - Só queria lembrar os defensores do Anel de Integração da forma com que está se dando. De que em nenhum lugar do mundo, houve privatização de rodovias, sem que a população pudesse optar entre a rodovia privada, com pagamento de pedágio e os benefícios oferecidos a esse pagamento de pedágio, uma outra estrada paralela, fazendo o mesmo percurso, mais simples, sem pagamento de pedágio. Em nenhum lugar do mundo não tem, a não ser nos países subdesenvol-

vidos, que copiam de forma imbecil as propostas impostas por esses órgãos que financiam tais obras. Mas Estados Unidos, Alemanha, a Europa toda, sempre que você quer fazer um trecho entre uma cidade e outra, você tem uma opção de estrada, cuja iniciativa privada é a gestora, cuida daquela estrada e uma outra opção, com menos recursos, mas com segurança, uma estrada tranqüila, com velocidade reduzida pelas limitações daquela estrada, mas sempre a opção.

Estava conversando com alguém, agora, de Mandaguari, e entre Mandaguari e Marialva, são exatamente 16 km, há um intercâmbio muito grande entre essa duas cidades, porque são cidades extremamente próximas. E nesses 16 km, a única possibilidade de você ir, é ou pela rodovia que vai ter um pedágio no meio, ou então por uma estrada rural, que não seria viável, para quem faz esse percurso regularmente.

Não vai ter opção, quer dizer, a partir do momento da privatização, a partir do momento dessa doação, comandada, não sei quem é o sucessor do Mário Celso Petráglio, mas quem está comandando esse processo. Todo mundo que passar por Mandaguari e Marialva, vai ser obrigado a pagar a taxa de pedágio, ou não vai poder circular e não vai ter outra opção.

Todo mundo está defendendo, mas não é modelo trazido de nenhum lugar desenvolvido do mundo. O preço médio que se dá a nível de mundo, é algo em torno de 70% da gasolina gasta na ida. Se fizermos as contas rapidamente, nos trechos que serão privatizados no Estado do Paraná, veremos que os valores vão ultrapassar e muito, principalmente porque eles vão se concentrar nos lugares de maior fluxo. Isso faz com que esse preço do Estado do Paraná seja extremamente superior aos países desenvolvidos, e sem a opção de estradas paralelas.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Na verdade, é a mercantilização absoluta das relações sociais.

Nunca na história da humanidade houve uma fusão tão profunda entre Estado e o capital privado, como agora. Os grupos econômicos mais poderosos se apoderando do Estado de uma forma que, há 20 anos atrás, arrepiaria qualquer um de nós. Ninguém pode-

ria aceitar isso. E hoje, a população assiste e aplaude. Uma espécie de lavagem ideológica que foi feita pelos meios de comunicação, que também foram comprados pelos grandes grupos.

Temos que fazer uma análise comparativa. Temos, com o apoio do Deputado Valdir Rossoni, ter o contrato nas mãos, o método de cálculo e custos do pedágio e fazer um comparativo com a estratégia gaúcha. Onde lá se criou uma espécie de fundo estadual. O programa de Fernando Henrique Cardoso. Qual é o custo por metro quadrado para rodovia? E qual é o custo no Paraná? Parece-me que é 5 para o Governo Federal e 7 para o Paraná. Isso, precisamos de uma análise mais profunda dos contratos, uma análise comparativa com outros Estados. Temos que fazer esse debate, não é questão de agredir ninguém. É um debate ideológico, técnico, econômico-social, que é a função do Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PPB. PDT. PTB. Liderança do Governo. (Todas declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 001/98 de autoria da Sra. Governadora do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, com área de 1.540 m², parte de uma área maior, localizada nesta Capital, no bairro Vila Lindóia. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 002/98, de autoria da Sra. Governadora do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Carlos do Ivaí, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do

Paraná - FUNDEPAR, localizado no quadro urbano da Cidade de São Carlos do Ivaí, com área total de 3.011 m², sem benfeitorias, conforme transcrição nº 2370, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraisópolis do Norte. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o lote nº 05, situado no Município de Tibagi, a Edinil Pinto da Costa, conforme específica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o lote nº 95, situado no Município de Boa Ventura de São Roque, a Valdemar Kloster, conforme específica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3342, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti e Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Conforme edital de convocação, a

Assembleia deve estar em período de convocação extraordinária até o dia 15 de janeiro próximo. A Mesa alerta os Srs. Deputados que até 15 de janeiro todos os Deputados deverão estar alertas para qualquer convocação extraordinária, desde que o Governo encaminhe Mensagens a esta Assembleia, de acordo como foi proclamado no edital de convocação extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 031 e 032/97.

Levanta-se a sessão.

Ata da Comissão:

COMISSÃO ESPECIAL

Ata da 2ª Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial, que foi instalada para investigar denúncias contra dois Srs. Deputados Estaduais, sob a presidência do Deputado Horácio Rodrigues, e contando com as presenças dos Deputados José Tavares e César Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos e chamou para deporem os Srs. Isaias Boaventura da Silva e Genivaldo Cavalini, cujos depoimentos se encontram nas notas taquigráficas em anexo. Na impossibilidade de tomar novos depoimentos, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) HORÁCIO RODRIGUES - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior-Secretário